



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANEXO2

EM DEFESA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Em todo país, o ensino superior público vem sendo atacado pelos governos estaduais e municipais e por várias reitorias. Com um projeto de horizonte privatista e elitista, as Instituições Públicas de Ensino Superior Estaduais e Municipais sofrem um processo histórico de desfinanciamento, sucateamento e perda de autonomia que se agudizou nos últimos anos, produto do projeto de contrarreforma do Estado, de caráter neoliberal. Além dos cortes nos recursos de custeio e investimento, outra face perversa desse projeto é a precarização dos contratos e condições de trabalho por meio de terceirizações; retrocessos e desrespeito às carreiras dos trabalhadores e trabalhadoras, expressos em muitos Estados com o congelamento das progressões e promoções; restrição de concursos e intensificação do trabalho; suspensão de reajustes inflacionários e reposição de perdas salariais, mesmo quando acertados em acordos entre governos e a categoria, além de vergonhosos atrasos salariais.

Essas medidas fazem parte da retirada de direitos e ataque à educação pública, coadunadas com as reformas trabalhista e da previdência, a reforma do ensino médio e a lei das terceirizações, entre outras iniciativas. A possibilidade de cobrança de mensalidade em cursos de pós-graduação *lato sensu* é outro exemplo do avanço das propostas privatistas que atingem o ensino superior público na sua totalidade.

Em muitos estados, o Plano de Recuperação Fiscal (PLP 343/16) está sendo apresentado como a solução para a suposta crise, para justificar o desfinanciamento das políticas sociais. Sabemos, no entanto, que essa crise é produto da exorbitante dívida pública e seus juros absurdos, além das isenções fiscais que beneficiam o capital, porém, o ônus da proposta de “recuperação fiscal” só recai sobre os ombros dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, com o congelamento de salários e a impossibilidade de: criação de cargos ou funções que impliquem em aumento de despesa, alteração da estrutura de carreira que gere aumento de gastos e realização de concurso público.

Em diversos Estados e Municípios, os docentes, articulados com outras categorias que compõem a comunidade acadêmica, estão se mobilizando contra esses ataques, enfrentando: a militarização dos *campi*, com brutal violência da PM; os seguidos atrasos salariais; e o ataque à autonomia universitária, como na greve em curso dos docentes e técnico-administrativos na UEPB.

É em defesa do ensino superior público e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras que o(a)s docentes das instituições públicas de ensino superior estaduais e municipais realizam entre os dias 15 e 19 de maio sua semana de lutas e mobilizações, convocando a todos para a paralisação do dia 24 de maio, rumo ao ocupa Brasília!

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2017.

SETOR DA IEES-IMES DO ANDES-SN

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.